

# MAGISTRATURA E TRABALHO

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO



MAIO/2019 - Nº 109

## BOAS-VINDAS AOS QUE CHEGAM

NOVOS JUÍZES E JUÍZAS VÃO AJUDAR A GARANTIR MAIOR AGILIDADE  
E EFICIÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO AOS CIDADÃOS

PÁG. 14



**PRESIDENTE ELEITA DA  
ANAMATRA, NOEMIA  
GARCIA PORTO, AFIRMA:  
INDEPENDÊNCIA  
JUDICIAL “NÃO É  
NEGOCIÁVEL”**

PÁG. 10

**CABO DE GUERRA  
DA PREVIDÊNCIA  
COMISSÃO ESPECIAL  
TEM PRESIDENTE,  
RELATOR E MUITA  
DISCUSSÃO**

PÁG. 6



## MAGISTRATURA E TRABALHO

### DIRETORIA EXECUTIVA

#### PRÉSIDENTE

FARLEY ROBERTO RODRIGUES DE CARVALHO FERREIRA

#### VICE-PRÉSIDENTE

LEONARDO GRIZAGORIDIS DA SILVA

#### DIRETORA-SECRETÁRIA

RAQUEL MARCOS SIMÕES

#### DIRETORIA FINANCEIRA E DE PATRIMÔNIO

CRISTINA OTTONI VALERO

VALÉRIA NICOLAU SANCHEZ (ADJUNTA)

#### DIRETORIA CULTURAL

FÁBIO MOTERANI

JOSÉ CARLOS SOARES CASTELLO BRANCO

EDUARDO ROCKENBACH PIRES

#### DIRETORIA SOCIAL

TATIANA AGDA JULIA E. H. BELOTI MARANES

VANESSA ANITABLIAN BALTAZAR

#### DIRETORIA DE BENEFÍCIOS

JEFFERSON DO AMARAL GENTA

JULIANA HEREK VALÉRIO

### COMISSÃO DISCIPLINAR E DE PRERROGATIVAS

#### DESEMBARGADORES

TITULAR: MANOEL ANTÔNIO ARIANO

SUPLENTE: ROSANA ALMEIDA BUONO

#### JUIZES TITULARES

TITULAR: PATRÍCIA ALMEIDA RAMOS

SUPLENTE: ADRIANA PRADO LIMA

#### JUIZES SUBSTITUTOS

TITULAR: MARCELO AZEVEDO CHAMONE

SUPLENTE: JULIANA DEJAVITE DOS SANTOS

### DIRETORIA DE ESPORTES E LAZER

FREDERICO MONACCI CERUTTI

ALEX ALBERTO HORSCHUTZ DE RESENDE

### DIRETORIA DE APOSENTADOS

MARIA CRISTINA FISCH

AMADOR PAES DE ALMEIDA

MARIA ALEXANDRA KOWALSKI MOTTA

MARIA LUIZA FREITAS

### DIRETORIA DE DIREITOS HUMANOS

MARCOS SCALÉRCIO

LAURA RODRIGUES BENDA

### CONSELHO FISCAL

#### TITULARES

MAGDA CRISTINA MUNIZ

KATIUSSIA MARIA PAIVA MACHADO

DANIEL ROCHA MENDES

JULIANA EYMI NAGASE

#### SUPLENTES

RENATA SIMÕES LOUREIRO FERREIRA

CARLOS FRANCISCO BERARDO

### COMISSÃO DE MAGISTRADOS DE 1. E 2. GRAUS

ADEMAR SILVA ROSA

ANA MARIA CONTRUCCI BRITO SILVA

DIEGO REIS MASSI

JULIANA FERREIRA DE MORAES AZEVEDO

LÁVIA LACERDA MENEZES

LEONARDO ALIAGA BETTI

MATHEUS BARRETO CAMPELO BIONE

MAURÍCIO MARCHETTI

ROBERTO VIEIRA DE ALMEIDA REZENDE

SILVANA ABRAMO MARGHERITO ARIANO

### DIRETORIA DE ASSUNTOS

#### LEGISLATIVOS E INSTITUCIONAIS

FÁBIO RIBEIRO DA ROCHA

JULIANA JAMITCHEK GROSSO

REPRESENTANTE DO FORO REGIONAL DA ZONA LESTE

APARECIDA MARIA DE SANTANA

REPRESENTANTE DO FORO REGIONAL DA ZONA SUL

ANDRÉ EDUARDO DORSTER ARAÚJO

REPRESENTANTE DA CIRCUNSCRIÇÃO DE GUARULHOS

FLAVIO ANTONIO CAMARGO DE LAET

REPRESENTANTE DA CIRCUNSCRIÇÃO DO ABC

CLAUDIA FLORA SCUPINO

REPRESENTANTE DA CIRCUNSCRIÇÃO DA BAIXADA SANTISTA

XERXES GUSMÃO

REPRESENTANTE DA CIRCUNSCRIÇÃO DE OSASCO

DAIANA MONTEIRO SANTOS

### AMATRA-2

AV. MARQUÊS DE SÃO VICENTE, 235

BLOCO B – 10º ANDAR

BARRA FUNDA – SÃO PAULO – SP

CEP: 01139-001

TELEFONES: (11) 3392-4996,

(11) 3392-4997 – FAX: (11) 3392-4727

### O JORNAL MAGISTRATURA

#### E TRABALHO É FEITO PELA

#### VARIDEL COMUNICAÇÃO

RUA CARDOSO DE ALMEIDA, 1006 – 9º ANDAR

PERDIZES – SÃO PAULO – SP – CEP: 05013-001

TEL: (11) 2501-2202

### JORNALISTA RESPONSÁVEL

EDNA DANTAS – MTB 1.259/DF

### PROJETO GRÁFICO E ARTE

PATRICIA MORANTE

### COLABORARAM NESTA EDIÇÃO:

REVISÃO: DANIELE ARONQUE

DESIGNER GRÁFICO: RENATA MIYABE UEDA

FOTOS DE CAPA:



# ERROS NÃO SUPERAM A EVOLUÇÃO DAS CONQUISTAS

ALEXANDRE SACONVARDEL COMUNICAÇÃO

Chegamos a um ano de nossa atual gestão. O tempo passou rápido.

Atualmente, diversos temas estão em pauta, como a reposição dos subsídios (assunto que será retomado no 2º semestre), a redefinição de contagem para efeitos da GECJ, a evolução da carreira, a movimentação de Magistrados e a distribuição da força de trabalho dos novos Juízes e Juízas empossados no mês de abril.

Paralelamente, não perdemos o foco na ameaça de extinção da Justiça do Trabalho, tema que se acalmou após manifestações de defesa que aconteceram em todo o Brasil, em especial a maior da história realizada no dia 21 de janeiro em frente ao Fórum Ruy Barbosa em conjunto com a AATSP e SintraJud, além do apoio de diversas entidades.

Ainda há muito trabalho pela frente e estamos muito empenhados para realizá-lo.

Eventuais erros que ocorreram não superam a evolução do que foi conquistado. Posso afirmar que a AMATRA-2 está muito prestigiada no âmbito regional e nacional. Continuaremos atuando para melhorar cada vez mais.

Por fim, conciliar todos os interesses da maior associação regional de Magistrados do trabalho é um imenso desafio diuturno.

Continuemos fortes, firmes e em busca do bem comum!

**Farley Roberto Rodrigues de Carvalho Ferreira**  
Presidente da AMATRA-2



REPRODUÇÃO INTERNET

## PLANO DE SAÚDE: AUTOGESTÃO EM ESTUDO

AMATRA-2 e Sintrajud sugerem Grupo de Trabalho para avaliar alternativa conjunta

O Presidente da AMATRA-2, Juiz Farley Ferreira, e o Diretor Executivo do Sintrajud, Henrique Sales Costa, assinaram no final de fevereiro um requerimento endereçado à Presidente do TRT-2, Desembargadora Rilma Aparecida Hemetério, solicitando a criação de um Grupo de Trabalho, com composição paritária, para realizar estudos sobre a viabilidade de implantação de plano de autogestão na assistência à saúde de Magistrados e Servidores.

A autogestão é uma modalidade de administração de planos de saúde na qual empresas ou repartições públicas

administram, sem fins lucrativos, o programa de assistência à saúde de seus beneficiários.

Em resposta ao requerimento da AMATRA-2 e do Sintrajud no mês passado, a administração do Tribunal informou que vai aguardar a apreciação do assunto na próxima reunião da Comissão Gestora dos Planos de Assistência Médica e Odontológica, criada em novembro do ano passado, pela portaria GP 85/2018 e composta por dez membros, entre eles, três Desembargadores - José Ruffolo, Sonia Maria Forster do Amaral e Armandino Augusto Pinheiro Pires.

De acordo com a portaria, são atribuições da Comissão: gestão e execução dos atos de competência do TRT-2 relativos aos contratos firmados com empresas operadoras de planos privados de assistência à saúde e odontológica, em especial a respectiva certificação de faturas, bem como com a empresa especializada em auditoria médica que auxiliará na gestão do Seguro Saúde, especialmente quanto ao acompanhamento de sua taxa de sinistralidade.

A data da próxima reunião do comitê não foi informada na reposta do Gabinete da Presidência às entidades.



### VACINA NA LUTA CONTRA A GRIPE

A AMATRA-2 solicitou à AATSP (Associação dos Advogados Trabalhistas de São Paulo) que estendesse aos Magistrados e Magistradas sua campanha de vacinação contra a gripe (vacina do tipo quadrivalente). A AATSP, prontamente, atendeu o pedido e a vacinação ocorreu no dia 06 de maio, no Fórum Ruy Barbosa. Além disso, em abril a AMATRA-2, por meio de sua Diretoria de Benefícios, realizou uma campanha de vacinação contra os vírus H1N1, H3N2 e 2 tipos de Influenza B em convênio com os Laboratórios La-voisier, no qual os Associados puderam se vacinar em 13 unidades.



### NOTÍCIAS PELO CELULAR

Caso tenha interesse em receber da AMATRA-2 notícias e mensagens também em seu celular via Whatsapp, favor cadastrar na sua agenda de contatos o número da AMATRA-2: **99937-6640**.

## GECJ EM MAIS 61 VARAS

Com efetiva atuação da AMATRA-2, mais 61 Varas do Trabalho receberam no dia 30 de abril o valor equivalente à Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição (GECJ) do mês de março de 2019. Segundo a Coordenadoria de Gestão da Remuneração do TRT-2, as diferenças relativas aos meses de janeiro e fevereiro de 2019 serão pagas no final de maio.



## REVISTA NOVA E EM HOMENAGEM AO DESEMBARGADOR PEDRO CARLOS SAMPAIO GARCIA

No dia 12 de Março foi lançada em um almoço na sede da AMATRA-2 a edição número 12 da Revista Jurídica da Associação, que desta vez homenageou o Desembargador Pedro Carlos Sampaio Garcia. A publicação, organizada pela Diretoria Cultural da AMATRA-2, sempre reúne artigos sobre temas atuais e relevantes, que em muito contribuem para uma melhor prestação jurisdicional dos Magistrados e Magistradas do TRT-2. Na foto: (em pé) Farley Ferreira, Presidente da AMATRA-2, Silvana Abramo, Eduardo Rockenbach Pires, José Carlos Soares Castello Branco, Patrícia Almeida, Katiússia Maria Paiva Machado, Juliana Dejavitte dos Santos e Isabel Cristina Quadros Romeo. (Sentados) Laura Benda, Pedro Carlos Sampaio Garcia, Noêmia Porto, Presidente eleita da ANAMATRA, e Maria Alexandra Kowalski Motta.



## Mobilização coordenada pela FRENTAS consegue que o adicional por tempo de serviço seja apreciado pelo Senado

A proposta de Emenda à Constituição (PEC) 63/2013, que restabelece o adicional por tempo de serviço como componente da remuneração dos Magistrados e Ministério Público, foi no dia 26 de março desarquivada pelo Presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP). A proposição ficou quase cinco anos à espera de deliberação pelo Plenário da Casa. Uma vez instruída, a PEC será incluída, oportunamente, na Ordem do Dia para votação em turno único.

A movimentação da PEC deu-se após intensa mobilização das entidades integrantes da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (FRENTAS), sob a coordenação da ANAMATRA, que coletaram as assinaturas necessárias para que a proposta continuasse a sua movimentação na Casa revisora. O tema, uma das bandeiras prioritárias da ANAMATRA – que entende ser o pleito de interesse de toda a Magistratura brasileira, inclusive dos aposentados -, também

vem sendo objeto de diversas audiências com parlamentares e chefes de outros Poderes.

O Presidente da ANAMATRA, Guilherme Feliciano, lembra que a PEC 63/2013 sempre fez parte da estratégia remuneratória da entidade, inclusive ao lado das revisões dos subsídios. “Após o esforço concentrado das Associações nacionais de Juízes para amearhar o número de assinaturas necessárias para o arquivamento, trabalhamos, nas últimas semanas, para que o requerimento fosse finalmente apresentado e, em paralelo, para que fosse desde logo lido em Plenário e aprovado pelo Senado da República, revelando a eficácia do trabalho empenhado”, explicou Feliciano.

Com a PEC já formalmente desarquivada, voltaremos a tratar com o Presidente [Dias] Toffoli e com o Presidente Alcolumbre sobre a possibilidade de levá-la (..) com êxito em Plenário”, afirma o Presidente da ANAMATRA.



## AMATRA-2 REDUZ MENSALIDADE

A Assembléia Geral Extraordinária (AGE) da AMATRA-2, realizada no dia 27 de março deste ano, concluiu pela redução da mensalidade da associação para 0,874873% do subsídio de Juiz Substituto, totalizando R\$ 280,00 por mês. Em razão da falta de quórum, as alterações estatutárias não foram pautadas.

## 7º CONGRESSO DE DIREITO DO TRABALHO

Evento vai ocorrer nos dias 16 e 17 de maio e terá como tema “Sociedade da Informação e as Relações do Trabalho”

A AMATRA-2, com apoio do TRT-2 e da EJUD-2, realiza nos dias 16 e 17 de maio o 7º Congresso de Direito do Trabalho – Homenagem ao Desembargador Aposentado José Carlos da Silva Arouca – com o tema “Sociedade da Informação e as Relações do Trabalho”. O evento vai ocorrer no Auditório do Fórum Ruy Barbosa, na Barra Funda. Além de Magistrados e Servidores, o Congresso está aberto para estudantes e operadores do direito.

Entre os temas das palestras estão: Teletrabalho, Subcontratação na Era

Digital, Cibertariado e os Novos Contornos da Subordinação, o Futuro do Trabalho: autorrealização ou distopia, a atividade jurisdicional e a era do algoritmo, entre outros. As inscrições são gratuitas até o dia 13 de maio de 2019 ou enquanto houver vagas, pela página da EJUD-2: <https://tinyurl.com/y36lm4z7>.

A EJUD-2 averbará 11 horas-aula àqueles que obtiverem frequência mínima de 75%, cuja presença será comprovada por meio da assinatura nas listas de presença disponíveis no local do evento.

## ENCONTRO ANUAL: DATA E LOCAL DEFINIDOS

De 14 a 17 de novembro de 2019, em Florianópolis (SC). Esta será a data e o local para realização do 35º Encontro Anual da AMATRA-2. Tanto o evento quanto a hospedagem serão no Costão do Santinho Resort, na conhecida Praia do Santinho. Associados inscritos até 15/05/2019 e presentes no Happy Hour do 7º Congresso de Direito do Trabalho, concorrerão a dois sorteios de uma diária no hotel. Ações realizadas até 16/06/2019 receberão subsídio de R\$ 1.500,00. Vagas limitadas! Para fazer a inscrição, acesse: <http://bit.ly/EncontroAnualAmatra2>

## NOVOS JUÍZES NA FOLHA DE PAGAMENTO

Em resposta à AMATRA-2, a Presidente do TRT-2, Desembargadora Rilma Aparecida Hometério, deferiu requerimento para que a folha de pagamento dos cem Juízes recém-empossados no Tribunal seja liquidada na mesma data usualmente adotada para os demais Magistrados. A solicitação foi encaminhada à Diretoria-Geral da Administração a fim de que utilizasse todos os esforços para pagamento aos novos Magistrados.



Acontecerá no dia 10 de maio, no Fórum Trabalhista Ruy Barbosa o seminário: Assédio moral e suas reflexões e celebração do Ato de Cooperação Interinstitucional “Trabalho Decente no Estado de São Paulo”. O evento é organizado pela EJUD-2, TRT-2, TRT-15, Procuradoria Regional da União da 3ª Região, Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região, Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região, Superintendência Regional do Trabalho de SP e Defensoria Pública da União em SP. Inscrições em <http://bit.ly/2JcaB9s>.



O Presidente Jair Bolsonaro escolheu o Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, Evandro Pereira Valadão Lopes, para Ministro do TST na vaga deixada pela Ministra Maria de Assis Calsing, que vai se aposentar em agosto. Na lista triplíce apresentada pelo TST ao Chefe do Executivo estava o nome do Desembargador do TRT-2 Wilson Fernandes.

A COMISSÃO ESPECIAL DA PREVIDÊNCIA PRESIDIDA PELO DEPUTADO MARCELO RAMOS (PR-AM), NO CENTRO: 40 SESSÕES PARA CONCLUIR VOTAÇÃO DE PARECER



O RELATOR DA PEC-9/2019, DEPUTADO SAMUEL MOREIRA (PSDB-SP): MOMENTO DE OUVIR

# O CABO DE GUERRA DA PREVIDÊNCIA

Com a instalação da comissão especial na Câmara, foi aberta a temporada de discussão em torno das mudanças na aposentadoria para o setor público e privado. Saiba os pontos que atingem os Magistrados **POR ALEXANDRE SACONI**

As análises sobre a Reforma da Previdência têm gerado discussões acaloradas em todos os setores, com particular preocupação no meio jurídico. Mais recentemente, a SPE (Secretaria de Política Econômica) do Ministério da Economia divulgou um estudo onde afirma que um Juiz Federal recebe até o final da vida cerca de R\$ 4,8 milhões a mais do que contribuiu em subsídios previdenciários.

O documento, que foi rechaçado imediatamente por diferentes entidades, traz conclusões que ainda devem passar por debates a partir deste mês, quando a comissão especial criada para analisar a PEC 6/2019, a chamada PEC da Previdência, começou a funcionar para valer. O tamanho do subsídio calculado pela equipe do Ministro Paulo

Guedes é apenas um dos pontos polêmicos que envolve o tema.

Segundo o advogado Noa Piatã, consultor jurídico da ANAMATRA e das

A PEC-6/2019 prevê aumento da alíquota de contribuição previdenciária dos Magistrados de **11% para 16,79%**

Amatras para matérias previdenciárias, a proposta de reforma enviada ao Congresso pelo governo Bolsonaro embu-

te algumas mudanças que, se mantidas pelo Legislativo, afetarão diretamente todos os Magistrados brasileiros. Ele destaca alguns pontos:

- Postergação na elegibilidade para aposentadoria: quem se aposentasse, por exemplo, aos 55 anos, com a aprovação da PEC, teria que trabalhar até os 62 anos. A atividade extra não resultaria na ampliação do valor das aposentadorias.
- Aumento nas alíquotas: as contribuições previdenciárias para aqueles que se mantiverem no regime próprio ou não ingressarem no Funpresp-Jud passariam dos atuais 11% para a faixa de contribuição progressiva, que atingiria 16,79% para os Magistrados.
- Contribuição extraordinária para o equacionamento de déficit: há ainda a contribuição extraordinária para o equa-

cionamento de déficit, de valor imprevisível, e que não encontra limite no texto da PEC, o que pode tornar obsoletos os salários e as aposentadorias, tanto de ativos quanto de inativos.

Entre todas essas questões, Piatã afirma que a contribuição extraordinária é a que impõe o maior risco à saúde financeira dos Magistrados. “Se essa contribuição for aprovada, a cobrança se tornaria excessiva, e isso é uma coação injusta. A ANAMATRA e outras associações trabalham para barrar esse ponto da reforma. Isso se deve ao fato de que o déficit da Previdência seria colocado apenas na conta dos servidores públicos, com o rateio do saldo negativo apenas nessa categoria”, explica.

Um outro aspecto ao se analisar a PEC 6/2019 é constitucional, diz Piatã. É preciso equilibrar as contas da Previdência com a irredutibilidade de vencimentos, garantida pela Constituição aos Magistrados.

“Se aprovadas, as contribuições extraordinárias pressionam os Magistrados a migrarem para o regime privado, e isso nem sempre é vantagem, já que a escolha do regime próprio é algo que vem de 30, 40 anos atrás, e não é um problema individual dos Magistrados de agora”, ressalta o consultor.

Por fim, ainda é preciso entender que o benefício oferecido pelo governo pode não refletir o histórico do trabalho de cada Juiz ou Juíza, aponta Piatã. “O Magistrado pode trabalhar muito para receber pouco na aposentadoria, ou o tempo a trabalhar dificulta o acúmulo na Previdência complementar de dinheiro para equacionar

o valor que deveria ser recebido originalmente no regime próprio”, diz. Enquanto os debates no Legislativo prosseguem em ritmo de cabo de guerra, está em discussão junto a integrantes do Executivo a possibilidade de reabertura do prazo para adesão de Magistrados e servidores do Judiciário ao Funpresp-Jud, encerrado no dia 29 de março. Mas, segundo o consultor jurídico da ANAMATRA, a possibilidade de uma nova data para adesão só ocorreria com a aprovação da reforma da Previdência no Congresso.

## MOBILIZAÇÃO

No mês passado, dirigentes da Frente (Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público), coordenada pelo Presidente da ANAMATRA, Juiz Guilherme Feliciano, se reuniram em Brasília para discutir a atuação com relação à PEC da Previdência.

Durante a reunião, ficou acertado que, a partir da instalação da comissão especial no Congresso, integrantes da Frente e do Fonacate (Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado) visitarão os parlamentares para apresentar emendas ao texto a fim de aperfeiçoar o debate da proposta.

Entre os pontos que serão debatidos com os congressistas, Guilherme Feliciano destaca os seguintes:

- Regime de transição para os servidores que ingressaram até dezembro de 2003 e para aqueles que ingressaram entre 2004 e 2014.

- Regime de pensões.
- Regime de acumulação entre aposentadorias e pensões.
- Aposentadoria por incapacidade.
- Alíquotas previdenciárias (supressão do modelo de alíquotas extraordinárias, progressivas e/ou escalonadas.
- Preservação, em caráter permanente, do valor real dos benefícios.
- Garantias mínimas do Regime Próprio de Previdência do servidor público.
- Termos de abertura do prazo de migração para o Regime de Previdência Complementar.

Nesta fase, a tramitação da PEC depende muito do empenho do Presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ). Foi dele a indicação do deputado Marcelo Ramos (PR-AM) para a presidência da comissão especial. Na relatoria do colegiado assumiu o deputado Samuel Moreira (PSDB-SP). Apesar de alguns contratemplos, Maia e o Presidente da República, Jair Bolsonaro, têm tentado manter a unidade em torno da proposta considerada vital por diferentes setores da sociedade para sanar o déficit e evitar a falência do sistema previdenciário brasileiro.

A comissão especial tem um prazo de 40 sessões do Plenário, a partir de sua constituição, para aprovar um parecer, que, posteriormente, deverá ser votado no plenário. A expectativa do governo é de que a PEC da Previdência seja aprovada até o final do próximo mês. Há quem aposte, entretanto, numa reforma desidratada após discussões.





DIVULGAÇÃO/CHRISTIAN BRAGA/ARIEL COMUNICAÇÃO



## ATOS EM DEFESA DA JUSTIÇA DO TRABALHO SE MULTIPLICAM

Primeira grande manifestação aconteceu no mês de janeiro, em São Paulo, organizada pela AATSP, AMATRA-2 e SintraJud

Cerca de 3 mil pessoas se reuniram no dia 21 de janeiro no primeiro grande ato em defesa da Justiça do Trabalho. O evento realizado em frente ao Fórum Trabalhista Ruy Barbosa, o maior do país, foi organizado pela AATSP (Associação dos Advogados Trabalhistas de São Paulo) em parceria com a AMATRA-2 (Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 2ª Região), SintraJud (Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo), Mati (Movimento dos Advogados Trabalhistas Independentes) e a Fenadv (Federação Nacional dos Advogados).

O ato em São Paulo marcou o lançamento nacional de movimento pela manutenção da instituição, criada há mais de 70 anos. Organizada após declarações do Presidente da República, Jair

Bolsonaro, de que pretende enviar ao Congresso Nacional uma proposta para acabar com esse ramo do Judiciário, a iniciativa foi impulsionada por representantes da população usuária da Justiça do Trabalho, advogados trabalhistas, e imediatamente abraçada por entidades de servidores, Juízes e mais de 30 segmentos da sociedade civil, incluindo o apoio das AMATRAS 1, 3, 4, 6, 7, 9, 14, 15, 18 e 24. Manifestações similares se multiplicaram pelo país a partir de desta primeira iniciativa. “O Presidente precisa nos conhecer melhor, conversar e discutir com a sociedade antes de encaminhar uma proposta para o Congresso Nacional que tire das mãos de Juízes especializados as ações que tratam da relação capital-trabalho”, afirma o Presidente da AMATRA-2, Farley Ferreira.

### DATAS



**01/03/2019**

A Presidente do TRT-2, Desembargadora Rilma Aparecida Hemetério empossou no cargo de Juízas Substitutas do TRT-2 oriundas de outros Regionais: FRANCIELLI GUSO LOHN, LUANA MADUREIRA DOS ANJOS, MÁRCIA CRISTINA DE CARVALHO WOJCIECHOWSKI DOMINGUES, JULIANA VIEIRA ALVES, MAIZA SILVA SANTOS E ELISA AUGUSTA DE SOUSA. Para dar as boas-vindas em nome da AMATRA-2 participaram da solenidade o Vice-Presidente no exercício da Presidência, Leonardo Grizagoridis da Silva, a Diretora Social, Tatiana Maranesi e a Diretora de Aposentados, Maria Cristina Fisch.



**11/03/2019**

Foram homenageadas pela AATSP (Associação dos Advogados Trabalhistas de São Paulo), mulheres pioneiras e ativistas da advocacia e do Judiciário. O evento foi prestigiado pela Presidente do TRT-2, Desembargadora Rilma Aparecida Hemetério, e pelo Presidente da AMATRA-2, JUIZ FARLEY FERREIRA.



**28/03/2019**

A AMATRA-2 promoveu o primeiro happy hour do ano da CIRCUNSCRIÇÃO DE GUARULHOS. O evento aconteceu no Marechal Bar, no Bairro Jardim Barbosa. Em breve as demais Circunscrições do TRT-2 receberão o Happy Hour da AMATRA-2.

# DICAS DE CULTURA POR

## FÁBIO MOTERANI

JUIZ DO TRABALHO E DIRETOR CULTURAL DA AMATRA-2

\* Em toda edição, um novo convidado escreve para a coluna



### FILME

Indico “Amor” (Amour), filme francês de 2012 que emplacou inúmeros prêmios, entre os quais Palma de Ouro e Oscar. De intensa sensibilidade, as lágrimas nos olhos e o embargo na garganta serão o resultado por assimilar as vidas ali retratadas como se fossem as nossas próprias vidas, em sua efemeridade e intensidade.

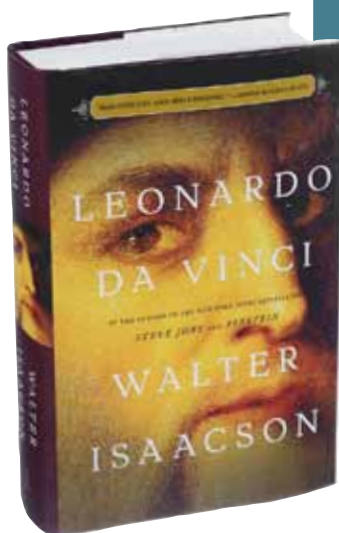


FOTOS: DIVULGAÇÃO



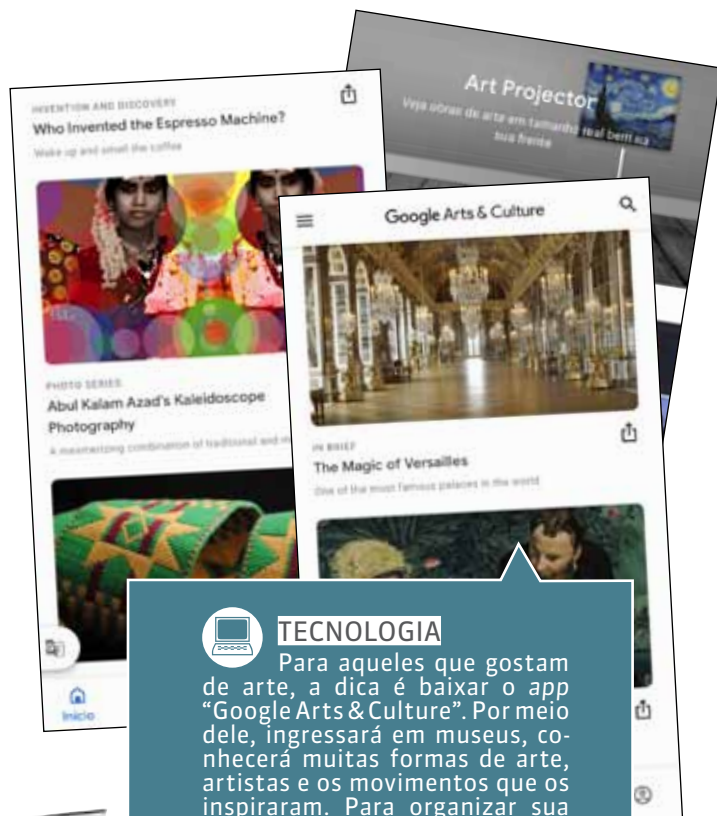
### LEONARDO DA VINCI, DE WALTER ISAACSON

Para entender a vida e a obra de um polímata e gênio universal. Escrito pelo renomado biógrafo Walter Isaacson, também responsável pelas biografias de Einstein, Steve Jobs e Benjamin Franklin, o livro mostra a linha do tempo do grande mestre, cuja morte completou 500 anos em 2 de maio de 2019 e não se limita a traçar circunstâncias de sua vida. Especula, interpreta e define suas obras e as técnicas adotadas, o que eleva o livro a um patamar artístico, no sentido estrito do termo. Pergunto-me como seria tratado esse gênio pela sociedade atual, em vista de sua sexualidade e de sua vanguarda à época. Temos muito o que aprender com o passado, especialmente com o Renascimento. Haverá limites para “renascimentos”?



### TECNOLOGIA

Para aqueles que gostam de arte, a dica é baixar o app “Google Arts & Culture”. Por meio dele, ingressará em museus, conhecerá muitas formas de arte, artistas e os movimentos que os inspiraram. Para organizar sua biblioteca, indico o app “Minha biblioteca”. Permite catalogar as obras com leitura óptica do ISBN do livro, pinçando a capa e suas informações essenciais.



### A MÁQUINA DE FAZER ESPANHÓIS

Outro livro emblemático é do autor lusófono – nascido em Angola – Valter Hugo Mãe. A publicação da CosacNaify é um convite para a leitura, um primor editorial. O conteúdo é ainda mais emblemático, o que faz da leitura um ato de amor próprio. O livro contempla um ponto sensível de nossa humanidade, o envelhecimento, a finitude e como lidar com a longevidade limitante da vida. A narrativa é surpreendente e peculiar, um veículo tão grandioso quanto o que transporta, a estória, contendo trechos de alta indagação e profunda intimidade. Sensível e arrebatador, emociona do início ao fim. Ainda ouviremos mais sobre esse autor.





“A INDEPENDÊNCIA JUDICIAL NÃO É NEGOCIÁVEL”

Eleita com 61% dos votos válidos, a Juíza **Noemia Garcia Porto** assumirá no próximo dia 22 de maio a presidência da ANAMATRA após 20 anos sem que uma mulher chegasse ao posto. Nesta entrevista, a ex-dirigente da Amatra-10 fala dos desafios que tem pela frente, como a questão dos subsídios da Magistratura, a PEC da Previdência, a tentativa de extinção da Justiça do Trabalho e a independência de Juízes e Juízas ao dar suas sentenças

DIVULGAÇÃO/ANAMATRA

**P.** Na disputa pela presidência da ANAMATRA a senhora teve 61% dos votos válidos. O que os demais 39% podem esperar da sua gestão?

**R.** Certamente poderão esperar uma gestão voltada para todos. A existência de oposição, em qualquer processo democrático, é salutar para revelar os pontos de vista diferentes e consolidar um outro olhar sobre o movimento associativo. Finalizado o processo de escolha, somos todos Magistrados e estaremos certamente unidos em torno de propósitos que revelem a nossa unidade.

**P.** Qual a prioridade da entidade com a senhora na presidência?

**R.** A busca pela unidade, sobre a qual me referi acima, depende da atuação associativa em torno de determinados princípios estruturais. Dentre eles, merece destaque a defesa da Justiça do Trabalho como instituição hábil a garantir o exercício de direitos de cidadania, incluindo a cidadania no trabalho. Além disso, a prevalência dos predicamentos constitucionais da Magistratura, que não são privilégios, mas condições concretas para o exercício do atributo de alta relevância que é o de prestar jurisdição. Aos Magistrados e às Magistra-

das deve ser dedicada atenção especial quando se trata do fornecimento de condições de trabalho dignas para que possam enfrentar com equilíbrio, preservação da saúde e do bem-estar, as demandas dos jurisdicionados.

**P.** A Justiça do Trabalho tem sofrido uma série de ataques. A possibilidade de extinção foi, inclusive, cogitada pelo presidente da República assim que assumiu o cargo. Como a ANAMATRA deve atuar neste assunto?

**R.** Desde a Constituição de 1934, a primeira que previu direitos dos trabalhadores e a possibilidade de intervenção do Estado na ordem econômica e financeira em busca de equilíbrio social, a formatação de garantias institucionais, inclusive no campo da organização judiciária, se tornou não apenas uma necessidade, mas uma premissa jurídica do paradigma constitucional do Estado de Bem-Estar Social. Nesse paradigma encontra-se a exigência de um Direito do Trabalho emancipado do Direito Civil e, ainda, de uma Justiça do Trabalho especializada, ou seja, centrada na ideia de que o contrato de trabalho não mais poderia ser um simples e livre acordo de vontades. A despeito das profundas mo-

dificações que sobrevieram com as Constituições posteriores, é certo que a justiça especializada como forma de garantia fundamental foi se consolidando e sendo testada pela experiência advinda das gramáticas sociais. Desse modo, não se cogita, sem grave atentado à ordem constitucional vigente e à cláusula do não-retrocesso social, a hipótese de extinção, fusão ou incorporação da Justiça do Trabalho.

**P.** Alguns aspectos da reforma trabalhista de 2017 ainda estão pendentes de análise pelo STF. Como a ANAMATRA pode atuar para evitar que decisões divergentes de Magistrados sejam usadas para justificar o fim da Justiça do Trabalho?

**R.** A independência judicial é um dos pilares de qualquer democracia. Eventuais divergências de interpretação não são só esperadas como salutares no processo de construção de sentidos das incontáveis modificações que sobrevieram com o advento da Lei nº 13.467/2017. Aliás, esta atividade é ínsita à prestação jurisdicional no âmbito de qualquer ramo do Poder Judiciário. Por isso, é absolutamente descabido lançar o discurso de extinção da Justiça do Trabalho

“É fundamental que se pergunte a quem interessa um Poder Judiciário combatido ou uma Magistratura diminuída em suas prerrogativas. Certamente não é ao cidadão.”

como forma de ameaça à independência judicial. Assim, a ANAMATRA defenderá, como tem defendido, esse primado. Como a independência judicial é uma garantia de acesso do cidadão a uma jurisdição justa, ela não é negociável.

**P.** Apesar do reajuste concedido em janeiro, o subsídio da Magistratura está defasado. Como garantir uma melhoria salarial em tempos de déficit público?

**R.** A Constituição de um país orienta toda a legitimidade de atuação dos poderes constituídos. Como norma superior, ela não pode depender de movimentos econômicos ou de gestões do Poder Executivo mais ou menos exitosos. Encontra-se justamente previsto na Constituição (art. 37, X) o reajuste anual dos subsídios, como forma de manter o Poder Judiciário e seus membros, no âmbito de autonomia, o que é fundamental para o equilíbrio da Separação de Poderes. Desse modo, o que se reivindica não é o aumento do poder de compra, mas a recomposição, isso porque as perdas, que a esta altura já ultrapassam 25% quando se analisa a evolução dos valores desde que o regime de subsídios foi criado em 2006 (após a edição da Lei n. 11.143/2005). É fundamental que se pergunte a quem interessa um Poder Judiciário combatido ou uma Magistratura diminuída em suas prerrogativas. Certamente não é ao cidadão.

**P.** A PEC da Previdência deve ser votada pelo Congresso ainda neste ano. Quais os pontos que a senhora considera mais preocupantes para os Juízes do Trabalho?

**R.** A ANAMATRA tem séria preocupação com a PEC 6/2019, não apenas naquilo em que afeta o serviço público, mas também os trabalhadores em geral. Alguns itens podem ser citados como mais graves: as regras de transição, que são altamente prejudiciais àqueles que estão na carreira há um tempo considerável e percebem a quebra de confiança num sistema ao qual aderiram e que nor-

tearam as suas escolhas; a falta de garantia de paridade e integralidade para os proventos de aposentadoria, que agride o predicamento da vitaliciedade dos Magistrados e das Magistradas; as alíquotas progressivas de recolhimento previdenciário, as quais, considerando a contrapartida do Estado brasileiro em termos de serviços públicos, podem ser consideradas confiscatórias; as mudanças nas regras da pensão por morte, capazes de abalar a estrutura social das famílias destinatárias deste benefício; a desconstitucionalização de regras previdenciárias que deixarão o tema à mercê de mudanças legislativas com quórum mais modesto do que o das emendas constitucionais, causando enorme insegurança jurídica; a ideia de capitalização que tenderá a empobrecer a classe trabalhadora brasileira, com todos os riscos sociais daí advindos. Esses são apenas alguns dos itens contemplados na proposta de emenda constitucional que merecem atenção não apenas da ANAMATRA, mas de toda a sociedade brasileira.

**P.** Como melhorar e aprofundar a relação da ANAMATRA com deputados e senadores?

**R.** A ANAMATRA até aqui tem primado por um bom relacionamento com os parlamentares de diversos partidos políticos. Seguindo essa linha de um relacionamento transparente e colaborativo, avanços poderão ser alcançados. Pretendemos reformular a Comissão Nacional Legislativa, inclusive quanto ao modo de trabalho e à divisão de tarefas, priorizando sobretudo a articulação a partir dos Estados. Está no plano de ação encaminhar proposições legislativas, afetas aos objetivos estatutários, por meio da Comissão de Legislação Participativa da Câmara Federal, ou em parceria com deputados e senadores que se identifiquem com os projetos propostos, com especial destaque para os que contemplem o incremento da competência da Justiça do Trabalho. Também estamos engajados

no reforço da assessoria parlamentar da entidade e, ainda, num diálogo mais profícuo com as assessorias de outras entidades representativas tanto da Magistratura quanto do Ministério Público para o melhor desenvolvimento de pautas em comum. A presença de diretores no cotidiano do Congresso Nacional também será intensificada porque a lógica da política exige experiência e compreensão da sua dinâmica, na medida em que difere muito daquela que é observada no cotidiano das atividades judiciais.

**P.** A participação de Juízes e Juízas em protestos e também nas redes sociais têm sido alvo de ações por parte do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Qual a sua opinião sobre este assunto?

**R.** A questão da imparcialidade entinacional não pode ser limitador de caráter absoluto que desconsidere o Magistrado e a Magistrada como cidadãos, tolhendo sua liberdade de manifestação de pensamento nos meios modernos de comunicação. A discussão sobre a preservação, tanto da imparcialidade quanto da condição de cidadão e de cidadã no mundo do Juiz e da Juíza, não é um tema que possa se restringir a um código de conduta imposto sobre o uso de redes sociais. É necessário considerar, ainda, que não é viável confundir-se manifestação política com manifestação político partidária. As mídias sociais se tornaram o grande locus de produção de ideias e de circulação de informações e os Magistrados e as Magistradas não podem ser alijados desses novos instrumentos de estar no mundo. Observando tais premissas é que a ANAMATRA atuará nos espaços competentes para a discussão do tema de forma aberta, plural e abrangente.

**P.** Que marca a senhora pretende deixar ao final de sua gestão?

**R.** A gestão será coletiva. Embora a figura do Presidente seja muito importante, a ideia é a de melhor representação do movimento político da Magistratura do Trabalho. Por isso, o esforço estará direcionado para uma gestão marcada pelo diálogo, pelo respeito às diferentes opiniões, pela aproximação com os Associados e Associadas e pela defesa do valor da Justiça do Trabalho, assim como dos seus Juízes e Juízas.





Diretor da Faculdade de Direito da PUC-SP, o Ministro aposentado do TST, **Pedro Paulo Teixeira Manus**, construiu praticamente toda sua vida profissional no TRT-2, onde começou como Oficial de Justiça até ser nomeado para a Corte Superior em Brasília

## UM ENTUSIASTA DA PRIMEIRA INSTÂNCIA

ALEXANDRE SACONI/DIVULGAÇÃO AMATRA-2

**B**em-humorado: aquele que goza de boa disposição de espírito. O adjetivo composto é, sem dúvida, a primeira qualidade apontada por amigos e também por aqueles que tiveram apenas uma conversa rápida com o Ministro aposentado do TST, Pedro Paulo Teixeira Manus, 68 anos. A resposta dada ao repórter do *Magistratura e Trabalho* sobre qual teria sido sua maior conquista na vida até aqui é somente um sinal de seu conhecido bom-humor: ser membro do Conselho Consultivo do time do coração, o São Paulo Futebol Clube. E o que cabe ao conselheiro? Ser responsável pela manutenção das tradições éticas, filosóficas e históricas do tricolor paulista. As conquistas deste são-paulino vão além.

Atualmente, Manus é diretor da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), uma das mais importantes instituições de ensino do direito no País. É também parecerista, professor convidado de diversas instituições, palestrante e livre-docente. Na vida

**“A forma de distribuir o dinheiro do mundo é que é errada. Mas não é através de sentença que eu mudo isso.”**

peçoal, além da paixão pelo São Paulo, é pai de três filhos (Paulo, Marina e Ruth) e casado desde 1987 com Maria Eugênia. Ao lado da mulher passou grande parte de sua trajetória profissional, como a promoção ao cargo de Desembargador do TRT-2, em 1992, e a ida para Brasília após ser nomeado Ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

### DECISÃO X CAPITALISMO

Manus gosta de falar sobre política, debater conjuntura e é taxativo ao criticar Magistrados que tentam, por meio de suas decisões, atacar o capitalismo. “O local para se mudar o regime capitalista é na revolução armada, e não na Magistratura”, afirma.

Segundo ele, não é uma lei que muda o comportamento, mas o contrário. “Se o Magistrado quer fazer esse tipo de alteração, que ingresse no Legislativo, que é quem faz as leis. O Juiz só aplica as leis”, completa.

Sobre o possível efeito negativo da aplicação expressa da lei e das reações injustas que isso possa implicar, Manus é objetivo: “injusta é a sociedade em que vivemos. [...] Muita gente tem muito dinheiro por diversos motivos. [...] E o outro, que rala o dia todo, ganha um salariozinho. A forma de distribuir o dinheiro do mundo é que está errada. Mas não é por meio de uma sentença que eu mudo isso”. Para ele, “quem pode tudo, em tese, é o advogado”. O Juiz, por sua vez, é obrigado a seguir parâmetros determinados pela lei.

O Ministro aposentado é um entusiasta da valorização da Primeira Instância. “As vezes eu brinco que se devia fazer concurso para Ministro do TST. Depois que tivesse experiência por lá, deveria ser promovido para o TRT. Isso porque no TST só se examina matéria de direito. A coisa complica no TRT, onde você tem de examinar matéria de fato e de direito. Valorar prova no Direito do Trabalho é mais difícil”, argumenta prosseguindo o raciocínio: “Depois que o Magistrado estiver bom como Desembargador, ele deveria ser promovido para Juiz de Vara, pois é esse Juiz que faz o processo. E eu sei disso porque eu estive nos três cargos”.

“É mais difícil ser Juiz de Vara do que do TST. No Tribunal já chega tudo mastigado. É mais chique, mais elegante [...], mas quem cria o direito é o Juiz da Vara”, reforça o Magistrado, lembrando que, quando atuava no TST, “era comum restabelecer a sentença da Vara, porque a boa tese estava, muitas vezes, na sentença de um Juiz que a gente nem sabia quem era”.

### PESADELO

“Eu não acredito que a Justiça do Trabalho vá acabar. Acho que esse pesadelo dura mais três anos e meio e depois acaba”, avalia Manus sobre o futuro e as constantes ameaças contra o Judiciário trabalhista.

**“É mais difícil ser Juiz de Vara do que do TST. No Tribunal já chega tudo mastigado. É mais chique, mais elegante [...], mas quem cria o direito é o Juiz da Vara.”**

“Na época da Emenda Constitucional 45 [reforma do Judiciário], o mote era esse: ‘vamos acabar com a Justiça do Trabalho’. Depois, ‘vamos acabar com os tribunais trabalhistas’. Depois, ‘vamos fundir a Justiça do Trabalho e a Justiça Federal’. E eu brincava com Juizes Federais que nós, da Justiça do Trabalho, temos 24 Tribunais Regionais, enquanto eles, da Justiça Federal, só tinham cinco”, destacou em tom bem-humorado.

### TRAJETÓRIA TRABALHISTA

Nascido e criado em São Paulo, Manus ingressou em 1969 no curso de Direito na PUC-SP. Ainda no tempos de estudante universitário dava aulas diariamente em um curso em São Bernardo do Campo criado para atender operários do ABC paulista que trabalhavam em turnos e que, por isso, não conseguiam frequentar escolas em horários regulares.

Em 1974, um ano após se formar, passou a lecionar na PUC. No ano seguinte, foi aprovado no concurso para Oficial de Justiça do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT-2), função desempenhada até 1980. Nesse ano, se tornou Juiz Substituto e, em 1983, passou a presidir a 14ª Junta de Conciliação e Julgamento da capital.

A promoção a Desembargador aconteceu em 1992 e em 2007 foi nomeado Ministro do TST, onde atuou até 2013. Neste ano, ele pediu aposentadoria por causa de divergências ideológicas dentro da Corte.. Desde então, dirige a faculdade de Direito da PUC-SP e atua na emissão de pareceres para seus clientes.

## SUGESTÕES DE LEITURA

Alguns títulos indicados por Pedro Paulo Manus



### Equador

Essa obra de Miguel Sousa Tavares se passa no começo do século XX, quando Luís Bernardo é chamado por El-Rei D. Carlos para trocar sua vida em Lisboa por uma missão patriótica e arriscada na distante ilha de São Tomé

### Corações Sujos

Nesse livro, Fernando Morais retrata o grupo paramilitar Shindo Renmei, da colônia japonesa no Brasil, que se recusava a acreditar na rendição do Japão na Segunda Guerra Mundial e chegou a matar 23 imigrantes que aceitaram a derrota do país

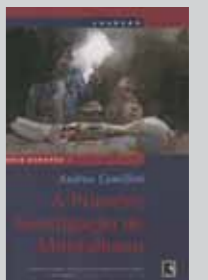


### Rio das Flores

Nesta combinação de história e ficção, Miguel Sousa Tavares conta a história de três gerações da família latifundiária alentejana Ribera Flores ao longo de trinta anos, com cenários passando pelo Alentejo, Espanha e Brasil

### A Primeira Investigação de Montalbano

O italiano Andrea Camilleri apresenta o muitas vezes mal-humorado e irritado comissário Salvo Montalbano em três épocas diferentes de sua vida, revelando detalhes de sua trajetória na fictícia cidade siciliana de Vigàta



### Tambores de São Luiz

A obra-prima do escritor maranhense Josué Montello é uma crônica ficcional sobre a saga do negro, desde a sua origem na África, passando pela viagem nos navios negreiros até a chegada em no Brasil



## DATA HISTÓRICA MARCA POSSE DE 100 MAGISTRADOS NO TRT-2

Mesmo com a chegada dos novos Juízes e Juízas, que assumiram no dia 05 de abril, o maior Tribunal Regional do país permanece com defasagem de 50 vagas no cargo **POR ALEXANDRE SACONI**



“A POPULAÇÃO PODE CONTAR CONOSCO, POIS NÃO FUGIREMOS DA MISSÃO DE ATENDÊ-LOS”, DISSE O PRESIDENTE DA AMATRA-2, FARLEY FERREIRA

Fato histórico para a Magistratura nacional. Dessa maneira pode ser resumida a posse de cem novos Juízes no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT-2), ocorrida na tarde do dia 5 de abril de 2019 no Auditório Simón Bolívar, no Memorial da América Latina, em São Paulo. Todos foram aprovados no primeiro Concurso Público Nacional Unificado para ingresso na carreira da Magistratura do Trabalho.

O evento, organizado pela AMATRA-2 em parceria com o TRT-2, contou com a participação de centenas de autoridades, familiares, amigos e Magistrados, que prestigiaram a posse dos novos Juízes Substitutos do maior Tribunal Regional do Trabalho do país, que abarca São Paulo capital, região metropolitana e Baixada Santista.

O discurso de posse da turma do mais recente concurso foi feito pela Juíza Substituta Cíntia Aparecida de Paula Latini. Em sua fala, ela citou os cem anos da Organização Internacional do Trabalho (OIT), os cinquenta anos da queda do Muro de Berlim, completando que “nesse momento, nós também fazemos história”, afirmou.

“A data de hoje me faz crer que o melhor está por vir, e que estamos por viver os melhores anos de nossas vidas”, discursou Cíntia, destacando o papel especial que os amigos e familiares tiveram e têm nessa etapa da vida de todos.

### SOCIEDADE MELHOR

Em seguida, o Presidente da AMATRA-2, Juiz Farley Roberto Ferreira, destacou a importância da chegada

dos novos Magistrados, aos quais deu as boas-vindas em nome da entidade. O Magistrado também ressaltou que, mesmo com a posse de cem novos Juízes, o TRT-2 continuará com uma defasagem de cerca de 50 vagas de Magistrados a serem preenchidas.

“Não se trata apenas de mais cargos sendo ocupados na Justiça do Trabalho, mas de o cidadão poder contar com a Magistratura do Trabalho em seus momentos mais difíceis. E a população pode contar conosco, pois não fugiremos da missão de atendê-los”, disse o Presidente da AMATRA-2.

Segundo Farley Ferreira, os Magistrados Trabalhistas ajudam a construir uma sociedade mais justa. “Nós queremos uma sociedade plúrima. Nós queremos uma sociedade desenvolvida. É por isso que existe a Justiça do Trabalho em vários países desenvolvidos do mundo ocidental, entre eles França, Bélgica, Alemanha e Noruega. Todos esses países que tem um patamar civilizatório desenvolvido sabem da importância de uma Justiça do Trabalho, que é aquela que distribui cidadania aos seus cidadãos. Que é aquela que equilibra as forças do capital e do trabalho. Que é aquela que sabe a importância para aquele empregador que cumpre as leis”, destacou o Presidente da AMATRA-2.



ADVOGADO GUILHERME GANTUS, DA OAB-SP



A PRESIDENTE DO TRT-2, DESEMBARGADORA RILMA HEMETÉRIO

“Nunca se esqueçam que cabe ao magistrado o uso da toga, não o manto real e, tampouco, a capa do super-herói ou super-heroína”.

RILMA HEMETÉRIO



ERIC SCHARMM, PROCURADOR-CHEFE DO MPT



JUÍZA SUBSTITUTA CÍNTIA LATINI FALOU PELOS NOVOS MAGISTRADOS



Representando a OAB-SP, o advogado Guilherme Miguel Gantus, defendeu as inovações e o papel de destaque da Justiça laboral na defesa do estado democrático de direito.

“Historicamente, a Justiça do Trabalho é a vanguarda do Judiciário nacional. Pavimentando espinhosas trilhas que se tornam avenidas para o trânsito de todos os ramos da Justiça, facilitando a tão desejada prestação jurisdicional”, disse Gantus. O Procurador-Chefe do Trabalho da 2ª Região, Erich Vinicius

Schramm, cumprimentou os novos Magistrados e a todos os presentes, ressaltando a participação de cada um na construção de um evento tão grandioso.

“Esperamos de vossas excelências uma decisão célere, uma decisão justa, uma decisão efetiva. Tenham esse norte. Se vossas excelências sempre tiverem esse norte, estarão seguros no dia a dia da judicância dos senhores e das senhoras [...] A vida não será fácil, infelizmente eu tenho de dizer. O mar está revolto, não está para marujos e ini-

ciantes. Vossas excelências entraram no meio da tempestade e terão de dar conta. E tenho certeza de que darão”, disse Schramm.

#### HUMILDADE

Encerrando o evento, a Presidente do TRT-2, a Desembargadora Rilma Aparecida Hemetério, parabenizou a todos e disse se sentir muito feliz em empossá-los. “Nunca se esqueçam que cabe ao Magistrado o uso da toga, não o manto real e, tampouco, a capa do super-herói ou

super-heróina. Não sucumbamos nunca à arrogância de nos sentirmos superiores [...] Sejam pela pacificação social entre a classe de patrões e empregados. Essa responsabilidade, agora, também é de vocês. Bem-vindos ao TRT-2 e boa sorte”, concluiu a Desembargadora.

Em seguida, todos os Magistrados empossados, autoridades presentes e familiares participaram de um coquetel oferecido no Espaço Villa Lobos (ver cobertura na página seguinte).

#### CONCURSO UNIFICADO

O 1º Concurso Público Nacional Unificado preencheu um total de 147 vagas para ingresso na carreira da Magistratura do Trabalho, divididas entre sete Tribunais Regionais do Trabalho.

O TRT-2 possuía o maior número de vagas disponíveis, seguido pelos TRT-8 (Pará e Amapá) e TRT-11 (Roraima e Amazonas), com 12 vagas cada um, e o TRT-3 (MG), com oito vagas. Os outros novos Juizes tomaram posse no TRT-14 (Rondônia e Acre), TRT-23 (Mato Grosso) e TRT-24 (Mato Grosso do Sul). An-

tes da realização do concurso unificado, havia um total de 235 cargos de Juiz do Trabalho Substituto vagos. Além dos 147 Magistrados já empossados, outros 82 candidatos se classificaram no concurso e aguardam a aprovação de novas vagas. Inicialmente candidataram-se 13.604 participantes em todo país.

Após a posse, os novos Juizes do Trabalho participam desde o dia 22 de abril do 24º Curso Nacional de Formação Inicial promovido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat), em Brasília. No discurso de abertura das atividades - seminários, oficinas e debates que duram cinco semanas - o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Ministro Brito Pereira, recepcionou os empossados.

“Cada Magistrado é um órgão do Poder Judiciário e, como pessoa pública, o Juiz é uma referência”, afirmou o Ministro. “Exige-se o bom comportamento de todos, mas do Juiz exige-se mais. É preciso ter cuidado na convivência social com a comunidade, com as partes,

com os colegas de trabalho e nas redes sociais”, completou Brito Pereira.

#### NOVAS TECNOLOGIAS

Segundo o Diretor da Enamat, Ministro Vieira de Mello Filho, o curso de formação da instituição foi completamente reestruturado para aliar conhecimentos teóricos e práticos.

As aulas foram dividida em quatro eixos centrais: eticidade, alteridade, resolução de conflitos e direito e sociedade, como determina a Resolução Administrativa 2.061/2019.

“É um novo curso, reinventado, que inaugura uma nova era na formação de Magistrados, levando em consideração o surgimento de novas tecnologias da comunicação e da informação”, explicou o Diretor da Enamat.

PARA VER MAIS FOTOS DA CERIMÔNIA DE POSSE DOS NOVOS JUÍZES DO TRT-2 ACESSE O LINK ABAIXO:

<http://bit.ly/possenovosjuizes>

# ACONTECEU

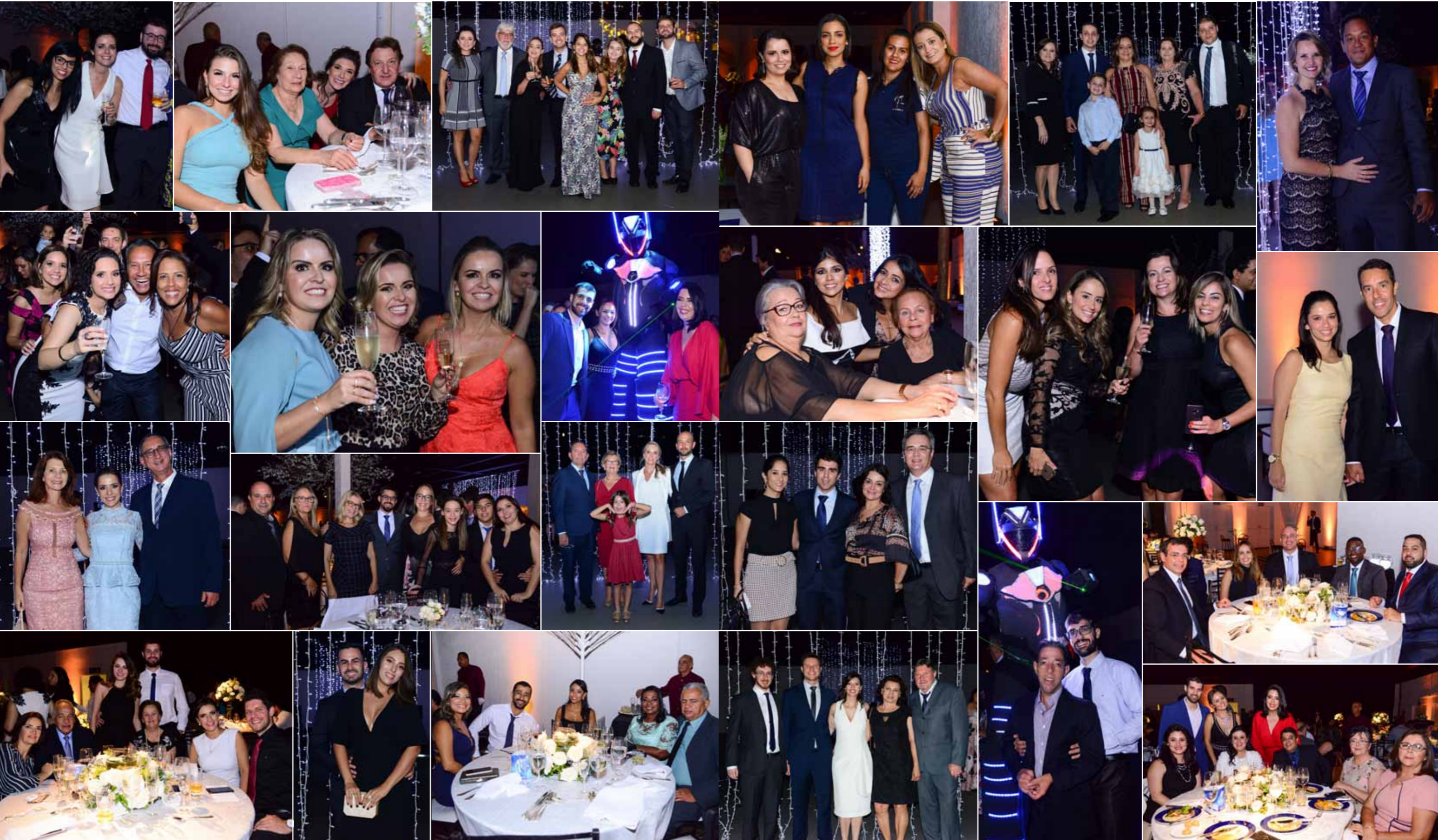
## AS BOAS-VINDAS DA AMATRA-2 AOS

# NOVOS JUÍZES E JUÍZAS DO TRT-2

Após a cerimônia de posse no Memorial da América Latina, os cem novos Magistrados do Tribunal foram homenageados em um coquetel oferecido pela entidade no Espaço Villa Lobos, na zona oeste de São Paulo. A tensão do ano de concurso deu lugar à descontração da festa entre familiares, amigos e futuros colegas

FOTOS: ANDRÉ SALLES, SAMANTA ALVES E ÍRIS CHRISTINA





# ACONTECEU



PARA VER MAIS FOTOS DA CERIMÔNIA DE POSSE DOS NOVOS JUIZES DO TRT-2 ACESSE: <http://bit.ly/possenovosjuizes>

# CONVÊNIOS

## COACHING, TURISMO E FOTOGRAFIA

Conheça os serviços, consultorias pessoais e benefícios novos (e já existentes) para Associados da AMATRA-2 e seus dependentes



### ANDDESIGNER ATELIÊ

Especializado na criação de lembrancinhas para diversas ocasiões, o ateliê concede a Associados e seus dependentes 10% de desconto sobre o valor dos produtos vendidos. Mais informações na página da empresa no Facebook ([www.facebook.com/anddesigneratelie/](http://www.facebook.com/anddesigneratelie/)), no Instagram ([www.instagram.com/anddesigner\\_atelie/](http://www.instagram.com/anddesigner_atelie/)), pelo e-mail [addressa\\_sgurscow@yahoo.com.br](mailto:addressa_sgurscow@yahoo.com.br) e por telefone: (11) 99720.5824

### AMPLITUDE VIAGEM E TURISMO

A agência oferece no mínimo 6% de desconto em cima dos valores que estão no site <http://amplitude.tur.br> para Associados e seus dependentes. Endereço: Avenida Antártico, 381 – Conjunto 118 – Jardim do Mar – São Bernardo do Campo ou ligue para (11) 4391.9090

### NUTRIÇÃO ESPORTIVA DURO MARGHATO

Pelo convênio, a nutricionista oferece 10% de desconto nas consultas e acompanhamentos nutricionais aos Associados. Endereço: Rua Sales Junior, 642, Alto da Lapa – Clínica Villa Vita – Telefone: (11) 3832.1062

### PURE PILATES

Os Associados podem ter de 5 a 10% de desconto, dependendo do plano – anual, mensal, trimestral. O benefício é oferecido com a apresentação de qualquer documento que demonstre o vínculo com a AMATRA-2. Para saber mais sobre o estúdio de pilates, acesse <https://www.purepilates.com.br/>



### VB COACHING VALÉRIA BOECHAT

A terapeuta oferece uma série de terapias alternativas como barras de access & mtvss, reiki e é especialista em coaching focado em diferentes áreas. Saiba mais informações sobre os serviços no site <http://vbcoaching.com.br/index.html>, pelo e-mail [valeria.boechat@yahoo.com.br](mailto:valeria.boechat@yahoo.com.br) ou pelo telefone (11) 99700.1983 Endereço: Rua Marco Aurélio, 145/402 – Vila Romana – São Paulo (capital)

### ODONTO HARMONY – ODONTOLOGIA INTEGRADA

Pelo convênio, serão concedidos aos Associados e dependentes 30% de desconto sobre o valor da consulta e procedimentos. Endereço: Avenida Angélica, 321 – conjunto 151, Santa Cecília - São Paulo. Para informações e agendamento ligue (11) 99305-7681.

### LENGUAE LANGUAGE SERVICES

O centro de idiomas oferece descontos que vão de 25% nas aulas individuais de inglês, espanhol, francês, alemão e italiano, a 30% em idiomas menos conhecidos como mandarim, holandês e árabe, entre outros. Para mais informações, acesse <http://lenguae.com> ou ligue (11) 3255.7975

### MACKENZIE LANGUAGE CENTER

O centro de idiomas da Universidade Mackenzie oferece descontos de 15% em todas as parcelas, inclusive na matrícula, nos cursos presenciais de inglês, espanhol, francês, alemão e português. Para saber mais acesse <https://www.mackenzie.br/mackenzie-language-center/empresas-conveniadas/> ou ligue para (11) 2114.8704



### REVER – ESTUDOS EM FOTOGRAFIA

A escola oferece cursos em diferentes níveis – iniciante, intermediário e avançado. Pelo convênio será concedido 25% de desconto para todos os cursos, com exceção da matrícula. Mais informações: <http://reverfotografia.wordpress.com/> ou pelo telefone (11) 3065.8686. Endereço: Rua Artur de Azevedo, 1.307, Pinheiros – São Paulo - SP

### S2 VISTOS

A empresa oferece aos Associados e seus dependentes desconto de 30% em cima dos valores anunciados no site <http://www.s2vistos.com.br> Endereço em São Paulo: Avenida Paulista, 2073 – Conjunto Nacional – Bloco Horsa 1 – Sala 2.111 – Telefone: (11)3199.8580 Endereço em Campinas: Rua Afonso Pena, 575 – Jardim Proença – Telefone: (19) 3029.1990



### GRATA GASTRONOMIA

Localizado nas proximidades do Fórum Trabalhista Ruy Barbosa, o restaurante concede 5% de desconto a Associados e seus dependentes quando o pagamento é feito em dinheiro ou cartão de débito. Endereço: Avenida Doutor Abraão Ribeiro, 15 – Barra Funda – Telefone: (11) 3392.1940

### AQUÁRIO DE SÃO PAULO E CIDADE DA CRIANÇA

Na parceria com os dois centros de entretenimento infanto-juvenil, Associados e seus dependentes têm 10% de desconto sobre o valor dos ingressos dos parques adquiridos no hotsite <http://www.aquariodesp.com.br/amatra2/>, utilizando a senha E0226V. Mais informações pelo telefone: (11) 2273.5500 – opção 4

PARA OUTROS CONVÊNIOS E MAIS INFORMAÇÕES, ACESSE [WWW.AMATRA2.ORG.BR](http://WWW.AMATRA2.ORG.BR)